

Exmo. Senhor
Professor Doutor Manuel Couceiro da Costa
Presidente da Faculdade de Arquitectura da UTL

Fax: 213625138

N/Ref:Dir:AV/0579/11

31-05-2011

Assunto: Audição sindical sobre o projecto de Regulamento de Avaliação de Desempenho da Faculdade

Muito agradecendo a consulta formulada, permitimo-nos antes do mais elogiar o cuidado colocado na construção do projecto de Regulamento que será dos primeiros a procurar contemplar todas as exigências do ECDU, em particular a incorporação dos resultados das provas académicas no processo de avaliação de desempenho e a ponderação do contexto específico da Faculdade.

Os nossos contributos incidirão sobretudo sobre aspectos legais.

1. O primeiro aspecto legal que nos preocupa tem a ver com a aplicação da avaliação trienal ao anos de 2010, quando este ano já terminou, sendo certo que não se podem definir objectivos com efeitos retroactivos e que a lei geral manda aplicar a ponderação curricular às situações em que não seja possível efectuar a avaliação. Aliás, reparará V. Exa. que, a instância do SNESup, a generalidade dos regulamentos de avaliação de desempenho que vêm sendo publicados vão neste sentido.

Não é, no entanto, um legalismo excessivo que nos inspira. Reparará V. Exa. que, atendendo às restrições criadas pela Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, será possivelmente mais interessante do ponto de vista da alteração de posicionamentos remuneratórios utilizar as ponderações curriculares dos anos 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, e 2010.

Assim propomos:

Que no nº 1 do Artigo 3º passe a constar "...após o dia um de Janeiro de 2011, aplicando-se pela primeira vez ao triénio 2011-2013..."

Que no Artigo 36º se passe a mencionar na epígrafe e no nº 1 "....anos de 2004 a 2010".

2. De igual modo, sugerimos que no Artigo 5º se passe a mencionar a necessidade de publicação em Diário da República.

Os elementos referidos são parte integrante do Regulamento ou materialmente regulamentares, pelo que a sua alteração está sujeita a audição sindical e a publicação em Diário da República. Aliás a não publicação poderia ser sempre invocada em qualquer contencioso relativo às classificações, dando origem a situações ingeríveis. Bastaria ao impugnante exhibir o Diário da República com as tabelas originais para ter ganho de causa.

3. Também no Artigo 7º nos parece ser de deixar claro o dever de participação mas de eliminar o nº 1.

Por um lado, a matéria encontra-se já regulada na Lei nº 58/2008, de 9 de Setembro, e é da competência reservada da Assembleia da República.

Por outro lado, não será muito admissível, em sede de Direito Penal, englobar "todas as acções que impeçam ou desvirtuem o processo de avaliação" o que remete para uma qualificação baseada predominantemente nos efeitos, que quando muito poderiam ser invocados para agravar a pena, e passar depois a uma exemplificação onde se colocam lado a lado condutas que merecem, a nosso ver, diferentes juízos de censurabilidade, sendo que o "fornecimento de dados falsos ou adulterados" terá até relevância criminal

4. Preocupa-nos também a necessidade de garantir uma audiência prévia tempestiva sobre os resultados dos inquéritos pedagógicos e a intervenção do Conselho Pedagógico nos termos da alínea g) do nº 2 do Artigo 74º- A do ECDU.

Assim, sugerimos muito fortemente que no Artigo 14º b. Critérios de avaliação do parâmetro - serviço docente prestado, nº 2, alínea d) se adite "depois de audição deste sobre o apuramento dos resultados e confirmação pelo Conselho Pedagógico, caso o docente aduza razões que ponham em causa a sua validade".

5. Será também de garantir que se não crie um incentivo à aceitação de sobrecargas horárias para se atingir uma classificação mais elevada.

Para o efeito recomendamos que no Artigo 14º b. Critérios de avaliação do parâmetro - serviço docente prestado, nº 2, alínea d) se adite "nos limites definidos no ECDU".

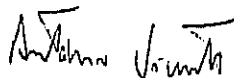
6. No sentido de situar melhor a responsabilidade do CCAD, julgamos de aditar ao nº 3 do Artigo 33º "sem prejuízo do disposto na alínea g) do nº 2 do Artigo 75º-A do ECDU".

Num plano mais amplo, julgamos de recomendar que na valoração de contributos e sede de prestação de serviços e consultoria e outras vias de relacionamento com o exterior se não atenda apenas ao impacto nas receitas da Faculdade mas ao valor social das intervenções.

Veríamos com muito interesse a marcação de uma reunião para discussão dos contributos agora apresentados.

Com os melhores cumprimentos,

A DIRECÇÃO



Professor Doutor António Vicente
Presidente da Direcção